

Conhecimento tradicional sertanejo: um patrimônio imaterial em risco

Traditional backland knowledge: an intangible heritage at risk

Conocimiento tradicional agreste: un patrimonio inmaterial en riesgo

Joana Crivelente Horta¹
Sílvia Helena Zanirato²

Recebido em: 16/10/2013

Aceito para publicação em: 7/3/2014

Resumo: O artigo aborda o conhecimento tradicional como patrimônio imaterial e emprega, como tema de análise, os saberes da população do povoado no entorno de Mirorós, no sertão da Bahia, relacionados às técnicas de irrigação. Os riscos de desaparecimento desses saberes motivam a preocupação aqui expressa.

Palavras-chave: saberes tradicionais; irrigação; sertão.

¹ Mestre em Ciência pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política na Universidade de São Paulo (USP) e graduada em Comunicação Social.

² Doutora em História. Professora do curso de Gestão Ambiental e dos Programas de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política e em Ciência Ambiental, todos da USP.

Abstract: The article addresses the knowledge as an intangible heritage and uses, as a subject of analysis, the knowledge of the people in the surroundings of Mirorós in the backlands of Bahia, in relation to irrigation techniques. The risks of the disappearance of this knowledge led to the concern expressed here.

Keywords: traditional knowledge; irrigation; backlands.

Resumen: El artículo discute los conocimientos tradicionales como patrimonio inmaterial, y utiliza, como tema de análisis, el conocimiento de la población en el entorno de Mirorós, en el interior de Bahia, en relación con las técnicas de riego. Los riesgos de desaparición de este conocimiento motivan la preocupación aquí expresada.

Palabras clave: conocimientos tradicionales; riesgo; agreste.

APRESENTAÇÃO

O conhecimento, ao ser mantido e transmitido de geração a geração, guarda referências da identidade de seus criadores e mantenedores. Este trabalho trata dos saberes acerca das formas de trabalhar com a distribuição de água no sertão baiano para a produção de víveres. Tais conhecimentos são considerados patrimônio cultural imaterial e um modo de sustentação da cultura de um grupo sertanejo.

Esses saberes encontram-se nas comunidades do entorno de Mirorós, povoado nas margens do Rio Verde, afluente do Rio São Francisco, em sua parte média no estado da Bahia. O conhecimento local está relacionado às técnicas de agricultura no semiárido e explica-se em face de uma cultura que abarca os modos de vida, maneiras de viver em conjunto, sistemas de valores, tradições e crenças. Por isso, é aqui entendido como um patrimônio que se transmite de geração a geração e que é recriado constantemente pelas comunidades e grupos em função de sua interação com a natureza. Signos da identidade e da cultura desse povo, tais saberes estão em risco de desaparecimento. Sua proteção, valorização e transmissão às gerações futuras constituem um desafio a ser enfrentado.

O patrimônio não existe por si mesmo nem é universal (PRATS, 1997). É antes uma construção social, dotada de conteúdos simbólicos. A consideração de algo como um bem passível de ser ponderado como patrimônio – e conservado por essa razão – varia no tempo e no espaço, de acordo com critérios ou interesses socialmente construídos. A capacidade a ele atribuída de representar simbolicamente uma identidade é uma das razões pelas quais se mobilizam recursos para sua conservação. Justamente por ser constituinte das identidades, é um campo de confrontação simbólica entre grupos sociais (PRATS, 1997).

Isso se explica se considerarmos que a totalidade da diversidade de expressões culturais nunca é dada, e por muito tempo a maioria das manifestações tidas como patrimônio foi vista como símbolo de unidade de um povo (CANCLINI, 1994). Nesse sentido, o patrimônio material foi entendido como um elemento ocupado ou construído para os grupos dominantes, no qual seus executores permaneciam invisibilizados; o patrimônio imaterial, por outro lado, acabou por ser associado às manifestações dos grupos menos visibilizados ou mesmo ignorados historicamente. Em ambos os casos se trata de valorização de expressões culturais desconectadas dos processos sociais nos quais foram produzidos (BONFIL BATALLA, 1997).

Ainda que habitualmente se estabeleça a separação entre o patrimônio tangível e o intangível, não se pode, de fato, dissociá-los, pois o que designamos como patrimônio imaterial deriva, por um lado, de sua dimensão material e, por outro, dos usos e dos significados socialmente definidos. Nessa direção é que este texto se apresenta: a de

considerar um bem cultural imaterial, presente há gerações na comunidade, que se materializa na construção de canais de regadio – chamados pela população de Mirorós de *regros* –, os quais permitiram saberes e práticas sobre molhar o sertão e torná-lo produtivo. O *regro* é um elemento material, mas seu modo de fazer, seus usos e sentidos são imateriais. Com a análise desse processo queremos destacar não só um bem pouco visibilizado pela literatura que contempla estudos do patrimônio, porém também um saber fazer em contínua transformação, que resiste para ser transmitido às gerações vindouras.

Para dar conta da proposta o texto é organizado em partes, além desta introdução. Inicialmente é apresentado o espaço onde os saberes tratados se manifestaram; a seguir, são discutidas as transformações que ocorreram no local e que implicaram outras formas de distribuição de água e de plantio. Na continuidade são tratadas as memórias de moradores do local acerca do regadio, já não mais presente no cotidiano da maioria dos habitantes da região. Na quarta parte são identificados diferentes cenários onde as técnicas tradicionais de irrigação aparecem. A quinta parte aborda os esforços para lembrar e esquecer um tempo já pretérito, e as considerações finais trazem as expectativas de conservação dos conhecimentos e encerram o artigo.

SABER MOLHAR O SERTÃO

Mirorós é um povoado com cerca de mil habitantes, localizado no semiárido brasileiro, às margens do Rio Verde, entre os municípios baianos de Ibipeba e Gentio do Ouro. A região compõe o bioma caatinga, “o único bioma exclusivamente brasileiro” (CAPOBIANCO, 2002, p. 149).

As regiões de clima semiárido possuem baixos níveis de umidade, escassez de chuvas anuais, irregularidade no ritmo das precipitações ao longo dos anos; prolongados períodos de carência hídrica; solos problemáticos tanto do ponto de vista físico quanto geoquímico (solos parcialmente salinos, solos carbonáticos) e ausência de rios perenes (AB’SÁBER, 1999).

Ainda assim, o bioma é possuidor de uma vegetação “extremamente diversificada e diferenciada”, com mais de 100 espécies endêmicas³ (CAPOBIANCO, 2002, p. 149). Essa vegetação aparece assim que começam as primeiras chuvas, quando a caatinga deixa de expor a cor marrom, predominante na seca, e se torna verde. Nos períodos de seca prolongada, só mesmo nos locais onde se encontra água é possível plantar e colher.

Desse modo, a população de Mirorós e seu entorno, para vencer as adversidades naturais do local, desenvolveu técnicas de agricultura irrigada para a produção de alimento. Tais técnicas possibilitaram, por centenas de anos, molhar o sertão e torná-lo produtivo.

A associação sertão/semiárido neste texto é fundamentada nas considerações de Aziz Ab’Sáber (1999), todavia estamos cientes de que lidamos com categorias múltiplas e mutáveis. A relação do homem com o espaço em que vive, suas formas de apropriação, suas práticas e representações são aqui analisadas com a preocupação de não reafirmar estereótipos já comentados por Durval Albuquerque Júnior (2000) a respeito do ser nordestino.

Nossos sujeitos são aqueles que, aproveitando a lógica natural de fertilização do solo das margens, provocada pelas enchentes nos poucos períodos de chuva, praticaram um tipo de irrigação que lhes permitiu gerir os recursos naturais e abastecer a comunidade que compunham, bem como fornecer excedentes para a região. Os *regros* artesanais para a

³ De acordo com o Centro Nordestino de Informações sobre Plantas da Associação de Plantas do Nordeste (CNIP/APNE), que produziu o documento *Estatística florestal da caatinga* (2008, p. 38), já foram registradas 2.577 espécies de plantas no semiárido e 1.178 no bioma caatinga.

molhação da terra na caatinga foram técnicas elaboradas pela população do local, mantidas e transmitidas de geração a geração, e envolvem conhecimentos sobre o ambiente e seu manejo para tornar a terra semiárida produtiva.

O território é um produto histórico de processos sociais e políticos (LITTLE, 2002), resultado do “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico” (LITTLE, 2002, p. 3).

Nesse esforço coletivo é que estão as estratégias desenvolvidas pelos moradores do entorno do Rio Verde para a construção de *regros*, ou veios, por onde a água do rio era direcionada para atingir terras secas. Os canais pelos quais a água se espalhava materializam um saber imaterial, cujas origens se encontram na somatória das heranças de indígenas, quilombolas e exploradores das lavras diamantinas que ocuparam a região desde o século XVI.

Esse saber compreende conhecimentos sobre a topografia do terreno, o tipo de solo (taxa de infiltração), a cultura mais adequada ao plantio, a vazão e o volume de água a ser distribuído pela terra. Eles possibilitaram a reprodução material e social da coletividade e, por essa razão, são entendidos como “estratégias de territorialidade” (CUNHA, 2010, p. 4).

As estratégias de territorialidade foram desenvolvidas com as águas do Rio Verde, o qual nasce de olhos-d’água nas serras da Chapada Diamantina e mesmo nos períodos de seca chega, sem ser interrompido, ao lugar onde está o povoado de Mirorós.

Walfrido Moraes, em *Jagunços e heróis* (1963), considera que a agricultura desenvolvida nos “vales frescos” dessa região remete ao início do século XVII. Em sua tese, a atividade agrícola praticada nas encostas férteis do Rio Verde foi responsável pela sustentação da demanda alimentar que explodiu no século XVIII, com a ocupação das serras diamantinas. Segundo ele, “já se desenvolvia àquela época uma pastorícia magnífica e uma lavoura plena de feijão, de milho, de mandioca, de fumo, de cana-de-açúcar, de café, de algodão e de arroz, que ondeava nos brejos como numa festa de verdura” (MORAES, 1963, p. 8).

Aproveitando as margens molhadas pelas cheias do rio e desviando parte de suas águas por meio de *regros* feitos sobre terra cascalhada, os moradores do local praticaram a agricultura de várzea, sustentada pelos canais de irrigação, que lhes permitiu a sobrevivência, a apropriação do espaço e a permanência no lugar. Com o saber ali desenvolvido, a região produziu, ao longo de sua história, uma rica diversidade de alimentos, bem como o cultivo da cana-de-açúcar e a criação de gado.

A prática centenária consistia na escavação de caminhos para que a água do Rio Verde adentrasse em suas margens, molhando e expandindo a capacidade de plantio na terra seca. Os dutos de irrigação, espalhados por toda a várzea no entorno de Mirorós, eram e são chamados de *regros* pela população.

Os *regros* são canais construídos com base na observação da natureza, do espriamento natural da água. Conforme esta se espalhava, era feito o canal, que seguia o caminho da água e não o caminho dado para ela. Feito o canal, este recebia travas que controlavam a distribuição da água. Primeiramente se utilizava biomassa, como a palha proveniente do arroz e da carnaúba, para abrir e fechar centenas de diferentes caminhos, levando água propriedades adentro, o que fazia florescer a diversificada agricultura, bem como propiciava a criação de animais e práticas de pesca. Nas terras molhadas pela água canalizada pelos *regros* plantavam-se o arroz vermelho, diversos tipos de feijão, a cana-de-açúcar e uma grande variedade de frutas. Os agricultores detinham conhecimentos do manejo sustentável, pois utilizavam os recursos naturais de forma racional e socialmente acessível.

Esse saber foi transmitido ao longo das gerações, sofreu transformações na composição de materiais de forração dos *regros*, mas seguiu mantendo a técnica para produzir na terra sertaneja, sustentando a identidade irrigante.

É um saber desenvolvido com base nas condições locais, que “propicia a criação de modalidades ambientalmente sustentáveis de viver [...], assim como cultivar a terra com variedade de plantas escolhidas e melhoradas” (KHOR, 2003, p. 16). É também um patrimônio imaterial, que se exprime nos conhecimentos e usos relacionados com a natureza, cuja reprodução depende da transmissão das pessoas que o atualizam.

O saber local em Mirorós manteve-se com poucas transformações até a década de 1980, quando o governo federal, sob a execução da Companhia de Desenvolvimento dos Vales São Francisco e Parnaíba (Codevasf), órgão federal subordinado ao Ministério da Integração Nacional, deu início ao Projeto Mirorós, um projeto de irrigação executado pelo governo federal na bacia do Rio Verde, para a produção de culturas frutíferas. Nele estiveram inclusos a construção de uma barragem e uma adutora para redistribuição das águas do Rio Verde e o Perímetro Irrigado de Mirorós. Este último é uma área de assentamento agrícola distante da várzea do Rio Verde, onde a agricultura irrigada era tradicionalmente praticada.

O projeto introduziu técnicas e procedimentos diferenciados com vistas ao aumento da produtividade agrícola e inaugurou a agricultura irrigada modernizada no entorno do Rio Verde. Barragem e canais de concreto tornaram-se caminhos para a água, que passou então a molhar a monocultura da banana. O empreendimento resultou em novas formas de apropriação do espaço, modificando as relações de trabalho e de vida dos sertanejos e, conseqüentemente, as territorialidades.

O SABER EM RISCO

As transformações vivenciadas pela comunidade do entorno de Mirorós que põem em risco a manutenção desse saber remetem ao período de 1981 a 1985, quando a Codevasf construiu nas proximidades de Mirorós a barragem Manoel Novaes. A obra fez parte de uma política de ordenamento territorial iniciada pelos governos militares e que possuía em suas diretrizes a implementação de polos de desenvolvimento, como o Polocentro, o Polonordeste, o Poloamazonia.

O Polonordeste foi responsável, sobretudo, pelos investimentos na zona da mata nordestina e no sertão. Na região semiárida essas políticas governamentais privilegiaram investimentos em projetos de irrigação, quer nas áreas dos açudes, quer nos vales dos rios da região. Papel de destaque coube à área do Rio São Francisco, nos Estados da Bahia e Pernambuco (OLIVEIRA, 2001, p. 94).

O projeto visava ao “desenvolvimento econômico e social do semiárido”, parte de um plano maior de ocupação e exploração do sertão (CODEVASF, 2012a). Para tanto, recebeu investimentos da ordem de R\$ 156 milhões, que possibilitaram a instalação de modernos sistemas de irrigação, com tecnologias importadas. A ação implicou o represamento das águas do Rio Verde para sustentar a Adutora do Feijão, com vazão de projeto de 700 litros/segundo para atendimento de cerca de 15 comunidades urbanas; a formação do Perímetro de Irrigação de Mirorós, com 2.055 hectares irrigáveis e vazão de projeto de 1.300 litros/segundo; e a perenização do Rio Verde – com vazão de 250 litros/segundo (CODEVASF, 2012a).

O Perímetro de Irrigação de Mirorós entrou em operação em 1996, com cerca de 2.055 hectares irrigáveis, dos quais 1.037 em áreas de pequenos produtores e 1.018 em áreas empresariais. A área irrigável foi distribuída entre 241 lotes agrícolas, sendo 201 de pequenos produtores e 40 de empresas agrícolas (CODEVASF, 2012b).

A área efetivamente irrigada totalizou cerca de 1.550 hectares, e a cultura de banana ocupou 96% da área plantada, de acordo com dados de 2012 da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) da Codevasf, que serve aos produtores do Perímetro Irrigado Mirorós. “É mais ou menos o mesmo espaço de plantio que tínhamos na área de várzea, quando a água ainda corria no rio”, estima Marcelo Rocha (2011), coordenador da Ater e produtor rural.

Os serviços de água do Perímetro foram executados pelo Distrito de Irrigação do Perímetro Mirorós (Dipim)⁴, por delegação de competência da Codevasf, conforme dispositivos da Lei n.º 6.662/79 e do Decreto n.º 89.496/84 (CODEVASF, 2012b). A distribuição e a gestão do recurso ficaram a cargo da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa).

Nesse processo, a população que antes desenvolvia a agricultura para a autossustentação alimentar, favorecida pelos *regros* de água, teve seu conhecimento sobre técnicas de irrigação desqualificado e negado, pois também perdeu a possibilidade de usos da terra para a plantação de víveres e passou a pagar pela utilização da água e a praticar um cultivo direcionado para o perímetro irrigado, afastado da várzea, sob a orientação do Dipim e da Codevasf. A inovação buscou adaptar a produção à lógica do mercado capitalista.

Com a irregularidade das chuvas, o crescimento da população, o abastecimento urbano e a atividade agrícola irrigada no Perímetro Mirorós, aumentou e muito a demanda por água, de modo que o reservatório da barragem Manoel Novaes passou a ser insuficiente para o atendimento de todas as necessidades agregadas ao veio de água represado.

No início de 2012 a Codevasf solicitou ao Ministério da Integração Nacional e ao governo do estado da Bahia a decretação de emergência na região de Irecê (BA), por causa da falta de recursos hídricos para abastecimento humano.

Quando o alerta para o risco de desabastecimento foi dado, a população de Mirorós, empregada na monocultura da banana, já colhia dissabores. “A gente precisa comer e não tem mais água para plantar a comida”, declarou Ilda Nunes Miranda (2011), moradora do povoado Mirorós que sempre viveu do plantio irrigado na várzea.

A água transposta para a produção do Perímetro Irrigado, que deixou de correr pelo Rio Verde, levou consigo o berçário de sementes que no passado justificou atribuir a Irecê o título de Cidade do Feijão. “Eram sementes de alta qualidade”, recorda Marcelo Rocha (2011). Além do feijão-de-corda, feijão-fradinho e andu, duas variedades de arroz vermelho sumiram das margens do Rio Verde. A fauna também sofreu perdas com o desaparecimento de jacarés, jabutis e uma enorme variedade de peixes e pássaros.

O momento atual vivido pelos sertanejos ribeirinhos aponta para um cenário de conflito pela água e de desmantelamento da cultura local. Assim, buscar no passado o conhecimento das técnicas tradicionais de plantio não significa apenas o registro do processo de uma prática ancestral, mas a valorização de um saber que ainda persiste, em que pesem as imposições para outras formas de fazer.

O SABER NA MEMÓRIA

As formas modernas de irrigação provocaram profundas mudanças em Mirorós e afetaram a transmissão dos saberes acerca do cultivo da terra sertaneja. Atualmente os *regros* são pouco utilizados na agricultura; o conhecimento da técnica resiste em poucas famílias que ainda empregam o sistema tradicional e se esforçam para manter a irrigação tradicional do semiárido.

⁴ O Dipim é uma associação que reúne produtores regularizados e que coordena as atividades do Perímetro Irrigado Mirorós. Sua atuação é coordenada pela Codevasf e limitada pelo baixo número de produtores em situação regular.

A história oral mostrou-se como um caminho para o contato com os detentores dos conhecimentos tradicionais a respeito da manipulação de água e a produção de víveres em Mirorós. Nesta investigação, tal trabalho se iniciou com o levantamento de fontes e dados e de aproximação da pesquisadora com a comunidade, para a preparação da rotina de entrevistas e a identificação de memórias que concedessem o testemunho sobre acontecimentos, conjunturas, instituições e modos de vida. O passo seguinte foi a apresentação da intenção da pesquisa para os entrevistados – o reconhecimento dos saberes locais acerca da agricultura irrigada, visto como um estímulo à memória buscada.

Dos primeiros contatos foram sugeridas novas fontes, que deram início à construção de uma rede de depoentes, ouvidos com vistas a compreender as técnicas tradicionais de irrigação e de plantio. “O que garante unidade e coerência às entrevistas enfeitadas é a repetição de certos fatores que, por fim, caracterizam a memória coletiva” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 28).

Trinta e oito pessoas da comunidade concederam as entrevistas que permitiram a identificação do sistema produtivo conhecido como *regros*, a organização do trabalho denominada pela população local como *adjuntos*, a produção diversificada e as mudanças sociais.

A memória, fonte do conhecimento oral, vale-se do espaço como orientação. As fazendas, o caminho do rio, os *regros* funcionam como referências para rememorar a antiga prática. Tais lembranças não evocam uma reconstituição do que exatamente ocorreu; são memórias ancoradas num tempo no passado. Para compreendê-las é preciso ver e escutar, ciente de que “a memória é socialmente construída” (POLLAK, 1989, p. 208).

Nas entrevistas colhidas durante visitas de campo registraram-se aspectos desse saber, permeados por inquietações. Os depoimentos passaram por um processo de transcrição das falas e posteriormente de transcrição, com a finalidade de facilitar a leitura. A transcrição foi apresentada aos depoentes, que reorganizaram ideias e aprovaram o uso das informações concedidas. Por fim, foram selecionados trechos dos documentos transcritos para a composição do documento acadêmico, sem perder de vista que “é importante respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação, porque são o mapa afetivo de sua experiência e da experiência de seu grupo” (BOSI, 2003, p. 55-56). Como afirma Ecléa Bosi (1994, p. 65), “não temos, pois, o direito de refutar um fato contado pelo memorialista, como se ele estivesse no banco dos réus para dizer a verdade, somente a verdade. Ele, como todos nós, conta a *sua* verdade”.

As memórias perscrutadas são as daqueles que vivem o plantio irrigado hoje e dos que viveram o plantio no passado. São memórias submetidas a transformações e ancoradas em personagens, lugares, objetos e elementos evocativos. Para Ecléa Bosi, a estabilidade do ambiente é um fator fundamental para a lembrança. Segundo ela, “a memória das sociedades antigas se apoiava na estabilidade espacial e na confiança de que os seres da nossa convivência não se perderiam” (BOSI, 1994, p. 19).

Disso se depreende que os pensamentos e os movimentos estão ligados à sucessão de imagens que nos rodeiam; consideramos os lugares de acordo com o que apreendemos deles ao longo do tempo. A paisagem é um esteio à memória coletiva das sociedades, e as alterações sofridas no espaço tornam as lembranças voláteis.

A transformação ocorrida em Mirorós pela implantação do projeto Perímetro Irrigado modificou paisagens, reconfigurou espaços, refez memórias, que competem entre si no esforço de fazer lembrar.

A memória não é oprimida apenas porque lhes foram roubados os suportes materiais [...] mas também porque uma outra ação, ainda mais daninha e sinistra, sufoca a lembrança: a história oficial celebrativa, cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos (CHAUÍ, 1994, p. 19).

Ouvir os vencidos, escutar suas experiências, ainda que desvalorizadas, é um modo de evitar que tradições sejam esquecidas pelo triunfo da versão que se ancora na modernidade.

CONHECIMENTOS E TÉCNICAS EM DIFERENTES CENÁRIOS

O sistema tradicional pode passar despercebido aos olhos mais acostumados aos canais de concreto, instalados nas décadas de 1980 e 1990 para substituir os *regros* centenários, considerados demasiado atrasados para o modelo produtivo almejado pelo Estado.

A produção e a manutenção dos *regros* eram efetuadas por meio de mutirões, designados pela população local como *adjuntos*. Já a feitura dos canais de concreto foi realizada com moderno maquinário – sistemas de aspersão e gotejamento – que usa tecnologia importada e poucos trabalhadores diaristas, envolvidos na monocultura de banana.

O sistema moderno foi instalado no espaço onde antes se praticava o plantio de sequeiro⁵, a alguns quilômetros da margem do Rio Verde. Já no local em que um dia foi a várzea do rio só se encontram vestígios das antigas formas de captação e distribuição de água, convertidas em peças dadas a conhecer em um museu a céu aberto.

Como observa Lowenthal em *El pasado es un país extraño* (1999), um “*viajero del tiempo*” que busca compreender o passado precisa estar atento às suas incapacidades de enfrentar-se com esse tempo já transcorrido. Para esse autor, é preciso ter clareza de que o homem moderno não consegue compreender o passado sem o domínio das técnicas daquele tempo. Carecemos do primitivo “*saber-cómo-hacer-las-cosas*”, necessário para entender as práticas do passado (LOWENTHAL, 1999, p. 64).

A caminhada pela antiga várzea do Rio Verde transporta o visitante a um tempo pretérito, em que a agricultura não contava com energia elétrica, com técnicas e equipamentos modernos. Explorando as margens do rio é possível ter uma noção da proporção do espaço antes ocupado pela atividade, hoje inativo.

Mas nem tudo está obsoleto. Indo além do baixio, em direção às serras e nascentes, encontram-se propriedades nas quais o sistema centenário ainda é utilizado. Nelas, *regros* artesanais estão em pleno uso, como na Fazenda Água Quente, de Luís Dourado, nascido em 1930.

A propriedade guarda a água em abundância e recorre aos *regros* para a irrigação do extenso terreno. Milton Dourado (2011), filho do ancião, afirma o conhecimento do saber em relação à produção de alimentos no sertão:

Meu pai era agricultor, meu avô também era, hoje sou eu quem cuida da fazenda. Aqui é muito seco, mas sempre se plantou e ainda se planta de tudo. [...] nós temos uma nascente aqui, com a qual a gente faz a regração. A gente faz as regrinhas por gravidade e o terreno fica úmido, cavamos a terra e esperamos o caminho que a água vai escolher.

Sua fala expressa conhecimentos da técnica que implica saberes sobre o terreno, o tempo e o espaço onde convive. “*Você deixa o regro aberto por umas três horas e aí pode ficar até oito dias sem molhar. Tem regros que estão secos faz tempo, mas se quiser colocar água ali hoje, é só colocar*” (DOURADO, M., 2011).

⁵ Sequeiro é um tipo de agricultura sem irrigação, que ocorre em regiões de baixa precipitação anual e limitada umidade do solo.

Na Fazenda Água Quente existem mais de três quilômetros de *regros* que molham cerca de dez hectares da propriedade. A técnica de construção é simples, afirma Milton Dourado (2011): “A ferramenta é o *chibanco*, a *enxadete*⁶ e a *pá pra tirar a terra*. É tudo manual, com esses instrumentos se abrem e se mantêm os *regros*”.

O encanto com o saber expressa-se na fala do pai, Luís Dourado (2011/2013): “O povo diz que parece coisa de engenheiro, fazer essa água caminhar tanto”. Sua fala também fornece indicativos do tempo de existência desse saber: “Esses *regros maiores*, que estão ativos, são do tempo do *cativeiro*”, diz, referindo-se ao período das fazendas com escravos no local.

Os *regros* assemelham-se a riachos naturais. Como o solo é rico em cascalho, tomam a aparência de canais com ladrilhos, por onde corre a água cristalina. “O cascalho no chão faz com que a água não embeba. Nos *regros* que a gente faz também tem cascalho, da própria água que lava o chão. É da terra mesmo, é da natureza”, completa Milton Dourado (2011). Os conhecimentos dos Dourado expressam saberes a respeito da topografia do terreno, do tipo de solo, do controle da vazão e do volume de água necessário para molhar a terra e fazê-la produtiva.

Em outros locais as técnicas estão somente na lembrança. “Existia um esquema de irrigação e plantio de diversas culturas, a maior parte delas era de subsistência. Era uma variedade enorme, vários tipos de arroz e feijão”, recorda o produtor Marcelo Rocha (2011).

A propriedade de Marcelo Rocha está situada no trecho de baixio do Rio Verde, pertencente ao município de Ibipêba. Nela se produzem basicamente banana e mel. Marcelo dedica-se aos cuidados da fazenda e à gestão da Ater. Em sua propriedade os antigos canais deram lugar a encanamentos que conduzem a água de um poço artesiano para o plantio no terreno. Esse cenário encontrado nas margens do Rio Verde difere do visto na Fazenda Água Quente, principalmente pela mudança na técnica de irrigação, que segue os ditames da hidráulica moderna.

Com a instalação da Adutora do Feijão, a vazão da água do Rio Verde deixou de ser suficiente para a produção da várzea. Os proprietários tiveram de furar poços e instalar sistemas de condutores para obter a água de que necessitam. O conhecimento acerca da construção dos *regros* deixou de ser repassado e foi substituído por técnicas “científicas”, como as aprendidas por Marcelo Rocha na Escola de Engenharia e que são replicadas a outros produtores locais por meio de sua atuação na Ater.

Além do saber perdido, algumas culturas como a do arroz vermelho, produzido nos períodos de cheia, e a do feijão da entressafra deixaram de ser praticadas. As memórias de Marcelo Rocha (2011) vão além do plantio na várzea irrigada, permitindo-lhe recordar o que se plantava e lembrar que antigamente “não era só plantar e comer. Existia um convívio, formas de relacionamento coletivo, as pessoas faziam mutirões. Havia festas da colheita. Existia essa tradição”.

A tradição está em risco de desaparecimento. É na área pertencente a Gentio do Ouro, também nas margens do Rio Verde, que se encontra a maioria dos vestígios dos antigos *regros*, os quais remetem a um terceiro cenário sobre a irrigação na terra semiárida. Justamente nas terras onde antes mais se produzia, não há água para alimentar os canais, tampouco energia para ativar poços artesianos.

“Esse carro de boi já é moderno”, diz o agricultor Colo Queiroz (2012) apontando a carroça com rodas revestidas de borracha, enquanto toca o animal que a transforma em carro de boi. A fazenda da família Queiroz pode ser identificada a longa distância pelos centenários pés de buritis que cercam a entrada da casa-grande. “Aqui já morou 50, 60 pessoas. Além dos filhos do finado Queiroz, tinham alguns parentes e trabalhadores da fazenda, hoje não mora ninguém”, recorda Colo Queiroz (2012). Esvaziada, a casa branca de janelas

⁶ Chibanco e enxadete são nomes dados pela comunidade local aos instrumentos que manejam para a construção dos canais – correspondem ao que se conhece também por picareta e enxada.

e portas em madeira de lei, pintadas de azul, guarda o piso de azulejo hidráulico, “*que está aí desde sempre*”, e a arquitetura típica do lugar. “*As paredes ainda são de adobão*” e não chegam ao teto, deixam vãos para a circulação do ar que entra pelo telhado sem forro. Do lado externo se vê o avarandado, “*o lugar onde as mulheres preparavam a rapadura e o doce de banana em grandes tachos de cobre*” (QUEIROZ, 2012).

Os buritis e a casa-grande são heranças de um tempo em que a água era abundante e propiciava uma diversificada produção, que gerava renda para a família e trabalho para a população. A produção ia desde a criação de gado até o feitiço de aguardente e plantação de arroz, feijão e diversificados víveres para a subsistência do povoado. Além de alimentos, as terras forneciam madeira, fibras e barro para a produção de objetos, vestes e moradia. “*Hoje os regos estão assim, inativos. O rio parou de correr e agora essa terra, que já produziu um tanto de arroz, é só sal*”, lamenta Colo Queiroz (2012).

O espaço referido foi no passado o de maior ocupação; nele se concentrava o saber molhar a terra e se desenvolvia a produção local. Situado na margem esquerda, no baixio, o povoado foi destituído da água que o regava. Diante da seca e em face da novidade que a irrigação moderna e a monocultura da banana representavam, foi gradualmente esvaziado. Os moradores abandonaram as terras e o saber nelas desenvolvido e passaram a se valer das orientações transmitidas pela Codevasf. Hoje, sem água, crescem lembranças do tempo que se foi e que levou junto o saber da irrigação e do plantio irrigado.

O Perímetro Irrigado de Mirorós pode ser considerado o quarto cenário. Nele a produção é sustentada por extensos canais de concreto, construídos na década de 1990, em terra de sequeiro, rica em murundus e capoeira. “*Era um mar de murundus, casas de cupim e formiga e mato baixo, onde só produzia sequeiro*”, recorda o técnico agrícola Renã Alves de Souza (2012), ex-produtor do Perímetro. Desolado pela pressão para o plantio da monocultura com uso de químicos, o técnico desfez-se de seu lote depois de uma década no projeto de irrigação.

Foi esse o espaço que atraiu a população de toda a várzea. A alguns quilômetros da margem do Rio Verde, no município de Ibipeba, foram destinados cerca de dois mil hectares, divididos em lotes, para pequenos agricultores, técnicos agrícolas e empresários. Até 2009 o projeto recebeu cerca de R\$ 201.273.433,04 (CODEVASF, 2012b) e infraestrutura como água para a produção (sem tratamento para consumo humano), iluminação lote a lote, 31 quilômetros de canais, 116 quilômetros de adutoras, 35 quilômetros de drenos, seis estações de bombeamento e 112 quilômetros de estradas.

No entanto os esforços para a otimização do plantio defendidos e aplicados pela Codevasf não resultaram em efetivas melhorias para a comunidade local. A seca prolongada que se abate sobre a região, somada à distribuição da água para as novas atividades estabelecidas, faz faltar água para os afazeres cotidianos dos moradores locais. O Rio Verde já não é capaz de abastecer os produtores locais, que resistem fazendo perfurações descontroladas de poços. A água, antes bem comum, é agora privatizada e priorizada para o consumo na cidade. A agricultura estimulada pelo Perímetro Irrigado também corre risco de desaparecimento.

SABERES ENTRE LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTOS

As técnicas de irrigação podem ser entendidas como um conjunto de saberes que envolvem os espaços manejados e os cultivos. Constituem, dessa maneira, um complexo de conhecimentos, práticas e relações sociais. Esses saberes compõem um patrimônio cultural imaterial, “que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história” (FREIRE, 2005, p. 16).

É natural que aconteçam modificações na forma de aplicar e transmitir os conhecimentos, afinal, estamos tratando da cultura, algo que é por natureza dinâmico, ou seja, está sempre em transformação, está sempre se recriando. Essa compreensão permite entender a manutenção da identidade irrigante, que sobrevive nesse espaço transformado.

Contudo, justamente pelo fato de o conhecimento tradicional estar atrelado ao espaço, ao território onde é vivido e transmitido, causam preocupações as transformações ocorridas no espaço em estudo, pois põem em risco a manutenção desse saber.

É o que se pode inferir da fala do agricultor sertanejo Ismael Miranda de Souza (2012), quando ele caminhava por sua propriedade, às margens do Rio Verde, no povoado Gentio do Ouro, e olhava desolado para os canais de irrigação secos e a plantação morrendo. Evocando a memória, relembra um tempo em que ele e os canais de irrigação trabalhavam pela manhã, tarde e noite. *“Hoje estou aqui sem poder trabalhar, dependendo da aposentadoria do meu sogro”,* lastima-se. *“Estes canais de irrigação hoje não servem de nada. Estão aí há mais tempo do que eu, e toda vida carregaram água pra esse baixio produzir. O jeito agora é passar a máquina”.*

O lamento sertanejo parece não acreditar na possibilidade de recuperar a tradição, rompendo com a afirmativa de Ortega y Gasset (*apud* ZUMTHOR, 1988, p. 105) de que *“a tradição é uma colaboração que nós pedimos ao nosso passado para resolver nossos problemas atuais”.*

Mas a herança dos tempos passados é evocada por outros sujeitos que remetem à recuperação da experiência aparentemente perdida. *“A água que tem nesse rio sempre deu para o povo plantar. No meu entendimento, devia fazer um levantamento sobre o tanto que essa água mina e também sobre o que se gasta lá fora, pra dividir para todos”,* exprime a entrevistada Ilda Nunes Miranda (2011), agricultora de Mirorós que por muito tempo praticou o plantio irrigado na várzea. *“Esse povo que vivia do plantio na várzea já foi muito prejudicado”.*

A transformação na maneira de irrigar e plantar na região de Mirorós fez surgir novas possibilidades, encerrou antigas, encontrou soluções, gerou novos problemas. Mas a forma antiga de molhar a terra permanece na lembrança de moradores. Um exemplo disso é o nome que se dá às comemorações juninas, uma das festas mais tradicionais do interior nordestino: Forró dos Irrigantes, um evento esperado com ansiedade por crianças, velhos e jovens dos municípios de Ibipeba, Gentio do Ouro e vizinhanças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernização tecnológica da agricultura com a implantação da monocultura irrigada na região de Mirorós sobrepôs o saber erudito de base científica aos saberes tradicionais. Os agricultores que empregavam e transmitiam conhecimentos sobre canalizar a água, irrigar a terra, fazer e diversificar a plantação foram profundamente afetados por essa nova dinâmica.

A sedução pela introdução de técnicas modernas de irrigação e plantio, atrelada a promessas de geração de renda, continua a provocar os moradores do lugar para outros fazeres. Todavia, apesar das transformações, em Mirorós ainda se abrigam comunidades rurais detentoras dos conhecimentos tradicionais sobre como levar a água do rio para a terra seca e como molhar essa terra para torná-la fértil – práticas que já não se veem no cotidiano dos que foram absorvidos pelas técnicas modernas da produção capitalista.

Salvaguardar os conhecimentos tradicionais e assegurar que sejam transmitidos às gerações futuras implica discutir as territorialidades que permitiram aflorar esse saber, o que pressupõe a necessidade de *“apoiar seus portadores e o contexto social e cultural nos quais estes se encontram, pois disso depende a transmissão desse saber”* (ZANIRATO; RIBEIRO, 2007, p. 53).

Em conclusão, é necessário que o patrimônio seja reconhecido numa perspectiva mais ampla e inclusiva do conhecimento da natureza e que considere as experiências aqui destacadas e carregadas de emoção, pois exprimem vivências configuradas pela história e pela memória. Tudo isso para que esses saberes não sejam reminiscências encontradas nos poucos lugares que ainda praticam a agricultura tradicional irrigada ou nos vestígios dos *regros* inativos que permanecem no solo árido, somente compreendidos por meio das memórias dos sertanejos que exercitam o esforço de lembrar.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. Dossiê Nordeste Seco. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 7-59, 1999.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2000.

BONFIL BATALLA, Guillermo. Nuestro patrimonio cultural: un laberinto de significados. In: FLORESCANO, Enrique (Org.). **El patrimonio nacional de México**. México: FCE, 1997. p. 28-56. v. 1.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê, 2003.

CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 23, p. 95-115, 1994.

CAPOBIANCO, João Paulo. Biomas brasileiros. In: CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João Paulo; OLIVEIRA, José Antonio Puppim de. **Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio 92**. São Paulo: Estação Liberdade; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

CENTRO NORDESTINO DE INFORMAÇÕES SOBRE PLANTAS/ASSOCIAÇÃO DE PLANTAS DO NORDESTE (CNIP/APNE). **Estatística florestal da caatinga**. ano 1, v. 1. Natal, 2008.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Apresentação: Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA (CODEVASF). **Balanço do Projeto de Irrigação Mirorós**. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/elenco-de-projetos/miroros>>. Último acesso em: 12 abr. 2012a.

_____. **Nota de esclarecimento sobre a barragem Mirorós.** Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/noticias/notas-de-esclarecimento/nota-de-esclarecimento-barragem-de-miroros-02-03-12-nova-versao.pdf/view>>. Acesso em: 24 abr. 2012b.

CUNHA, Manuela Carneiro. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. Dossiê Nordeste Seco. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 147-163, 1999.

CUNHA, Maria das Graças Campolina. Territorialidades sertanejas: permanências e transformações no espaço rural norte-mineiro. In: BIENAL DEL COLOQUIO DE TRANSFORMACIONES TERRITORIALES, 8., Buenos Aires, 2010.

DOURADO, Luís. **Luís Dourado:** depoimento [set. 2011 e mar. 2013]. Entrevistadora: Joana Crivelente Horta. Entrevista concedida na Fazenda Água Quente e no povoado Lameirão, Bahia.

DOURADO, Milton. **Milton Dourado:** depoimento [set. 2011]. Entrevistadora: Joana Crivelente Horta. Entrevista concedida na Fazenda Água Quente, Bahia.

FREIRE, Beatriz Muniz. O inventário e o registro do patrimônio imaterial: novos instrumentos de preservação. **Cadernos do LEPAARQ** – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, Pelotas, v. II, n. 3, jan./jul. 2005.

KHOR, Martin. **El saqueo del conocimiento.** Barcelona: Icaria, 2003.

LEFF, Henrique. **Saber ambiental** – sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil:** por uma antropologia da territorialidade. Brasília: DAN/Editora UnB, 2002. 32 p. (Série Antropologia, n. 322).

LOWENTHAL, David. **El pasado es un país extraño.** Tradução de Pedro Monroy. Madri: Akal, 1999.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral, como fazer, como pensar.** Contexto: São Paulo, 2007.

MIRANDA, Ilda Nunes. **Ilda Nunes Miranda:** depoimento [nov. 2011]. Entrevistadora: Joana Crivelente Horta. Entrevista concedida no Escritório de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), povoado de Mirorós, Bahia.

MORAES, Walfrido. **Jagunços e heróis.** Bahia: Civilização Brasileira, 1963.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais. In: CARLOS, Ana Fani. **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 2001.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 200-212, 1989.

PRATS, Llorenç. **Antropología y patrimonio.** Barcelona: Ariel, 1997.

QUEIROZ, Colo. **Colo Queiroz**: depoimento [2012]. Entrevistadora: Joana Crivelente Horta. Entrevista concedida na sede da Fazenda Queiroz, situada na margem do Rio Verde, em Gentio do Ouro, Bahia.

ROCHA, Marcelo. **Marcelo Rocha**: depoimento [nov. 2011]. Entrevistadora: Joana Crivelente Horta. Entrevista concedida no Escritório de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), povoado de Mirorós, Bahia.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo – razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **Por uma geografia nova**. Da crítica à geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2004.

SOUZA, Ismael Miranda de. **Ismael Miranda de Souza**: depoimento [ago. 2012]. Entrevistadora: Joana Crivelente Horta. Entrevista concedida na propriedade de Ismael Miranda de Souza, em Gentio do Ouro, Bahia.

SOUZA, Renã Alves de. **Renã Alves de Souza**: depoimento [2012]. Entrevistadora: Joana Crivelente Horta. Entrevista concedida na então residência de Renã Alves de Souza, em Gentio do Ouro, Bahia.

ZANIRATO, Sílvia Helena; RIBEIRO, Wagner C. Conhecimento tradicional e propriedade intelectual nas organizações multilaterais. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. X, n. 1, p. 39-55, jan./jun. 2007.

ZUMTHOR, Paul. L'oubli et la tradition. *In*: POLITIQUES de l'oubli – le genre humain. Paris: Seuil, 1988.